

acrefi

# VISÃO FINANCEIRA

DATA 17/12/2025 – EDIÇÃO 154

Por **Nicola Tingas**, economista - chefe

**Beatriz Saleh**, pesquisa & dados

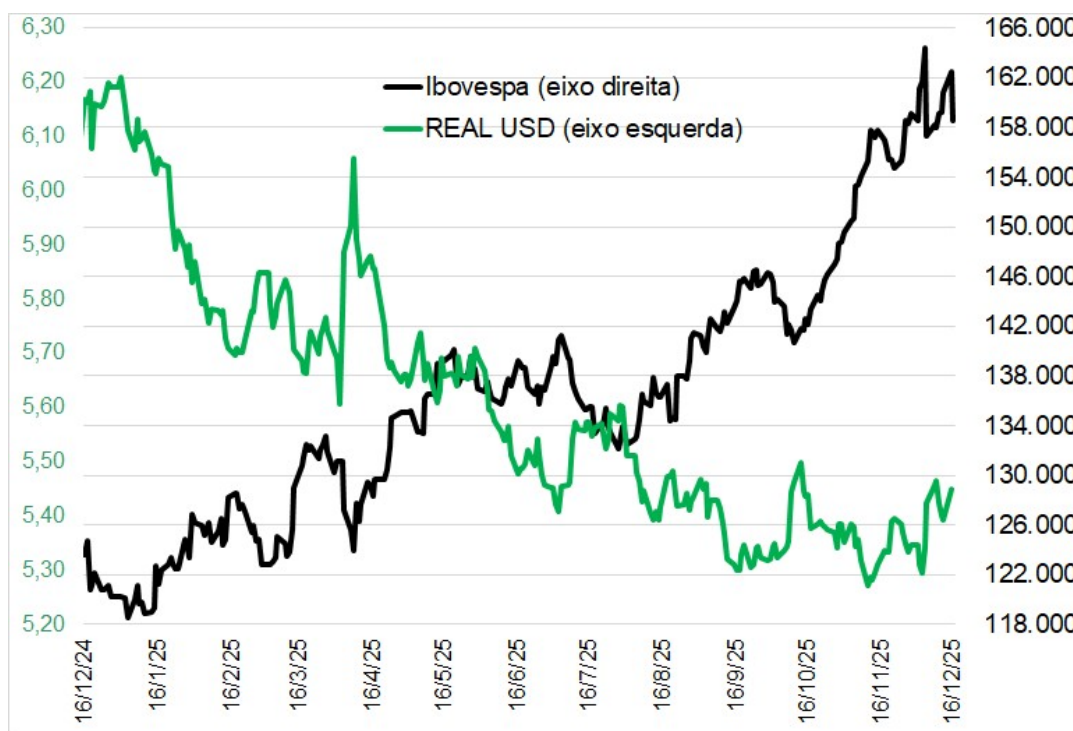


## Vetores de tendências para 2026

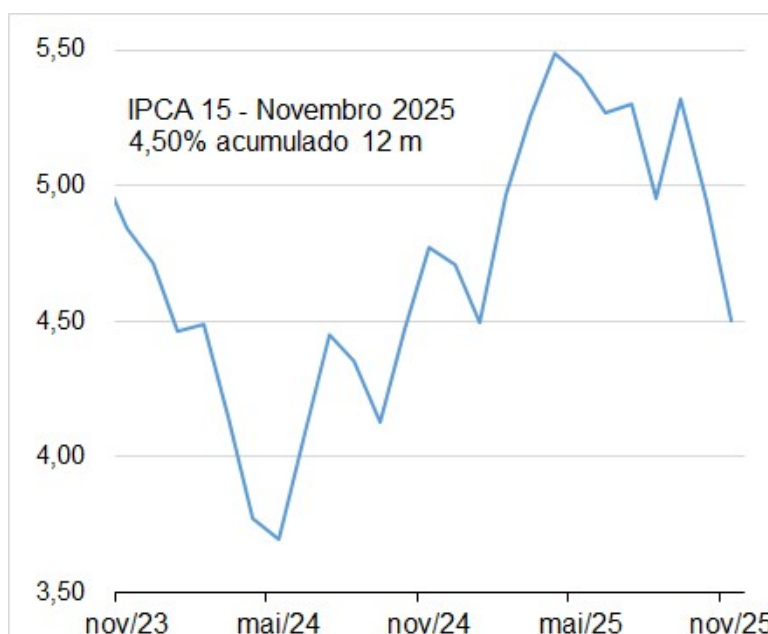
### Fim do ciclo da Nova República. Ter visão atenta para 2027 – 2030

Ano de 2026 tem início precificando viés positivo. Continuidade dessa tendência e precificação dependerá do "embate político eleitoral".

**1 Políticas de Trump favorecem moedas e ativos emergentes.** Deve manter, em essência, essa tendência favorável para 2026, afora oscilações internas.



### 2 Inflação sobe, desce e pode voltar a sofrer pressão ao longo de 2026



### 3 Queda de juros Selic será realizada com cautela pelo COPOM (BACEN)

Ata do COPOM da reunião de 10/12/2025, mais uma vez, indica a cautela do COPOM em iniciar o corte de juros (SELIC)....

“15. O Comitê avalia que a condução cautelosa da política monetária tem contribuído para se observar ganhos desinflacionários e, mais uma vez, reafirma o firme compromisso com o mandato do Banco Central de levar a inflação à meta. Além disso, nota que os vetores inflacionários se mantêm adversos e que seguirá acompanhando o ritmo da atividade econômica, fundamental na determinação da inflação, em particular da inflação de serviços; as expectativas de inflação, que se mantêm desancoradas e são determinantes para o comportamento da inflação futura; o repasse do câmbio para a inflação; o balanço de riscos; e a própria dinâmica da inflação corrente. Diante das condições observadas e prospectivas, o cenário prescreve uma política monetária significativamente contracionista por período bastante prolongado.

16. Endossando o cenário esperado do Comitê até aqui, prosseguem a moderação gradual da atividade em curso, a diminuição da inflação corrente e a redução nas expectativas de inflação. No entanto, o Comitê seguirá vigilante e, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de alta se julgar apropriado.

Nossa leitura ao longo de várias semanas tem sido, alternativamente ao “mercado”, de início de corte da SELIC em abril/2026 (cenário de “cautela”).

COPOM (BACEN)		FOMC (FED)		
Data	Taxa SELIC	Taxa SELIC	Data	Taxa Fed fund
<b>2025</b>				
16 e 17 de setembro	15,00%	15,00%	16 e 17 de setembro	4,00% - 4,25%
4 e 5 de novembro	15,00%	15,00%	28 e 29 de outubro	3,75% - 4,00%
9 e 10 de dezembro	15,00%	15,00%	9 e 10 de dezembro	3,50% - 3,75%
<b>2026</b>				
27 e 28 de janeiro	<i>cenário mercado</i>		27 e 28 de janeiro	
17 e 18 de março	<i>cenário mercado</i>		17 e 18 de março	
28 e 29 de abril		<i>cenário cautela</i>	28 e 29 de abril	
16 e 17 de junho		<i>cenário cautela</i>	16 e 17 de junho	
4 e 5 de agosto			28 e 29 de julho	
15 e 16 de setembro			15 e 16 de setembro	
3 e 4 de novembro			27 e 28 de outubro	
8 e 9 dezembro / SELIC 2026	10.50% / 9,50%	12.50% / 11,00%	8 e 9 de dezembro	

**4 Vetores propulsores da atividade econômica longo de 2026:** incentivos financeiros, renda líquida ampliada, crédito público crescente (mais crédito privado seletivo) e benefícios sociais ampliados.

**5 Agenda político eleitoral será fator dominante em 2026.** As recentes oscilações de precificação de ativos financeiros (vide bolsa e taxa de câmbio) em função de pesquisa eleitoral, evidencia a intensa volatilidade que pode ocorrer ao longo de 2026

## **6 Política: fim do ciclo da Nova República e implicações para a conjuntura**

Analistas políticos e parte relevante da literatura acadêmica convergem na avaliação de que o Brasil atravessa o esgotamento do ciclo político-institucional da chamada “Nova República” (arranjo consolidado a partir da Constituição de 1988). Esse diagnóstico não implica ruptura democrática, mas aponta para a perda de funcionalidade do modelo que estruturou a governabilidade nas últimas décadas, com efeitos diretos sobre previsibilidade decisória, coordenação fiscal e estabilidade de políticas públicas no médio prazo.

### **O que se entende por “fim do ciclo da Nova República”**

A Nova República não é apenas um período histórico, mas um arranjo institucional específico, caracterizado por:

- presidencialismo de coalizão;
- sistema multipartidário fragmentado, porém coordenável;
- Constituição 1988 como pacto político relativamente compartilhado.

Esse modelo foi capaz de absorver crises relevantes sem ruptura institucional, garantindo alternância de poder e estabilidade macroeconômica mínima ao longo do tempo. O argumento do “fim de ciclo” sustenta que esse arranjo perdeu capacidade de produzir coordenação e consensos estáveis, operando hoje com custos crescentes e resultados mais voláteis.

### **Fatores centrais da exaustão do modelo**

#### **1. Colapso da coordenação partidária**

O presidencialismo de coalizão pressupõe partidos capazes de coordenar bancadas e sustentar acordos legislativos. Desde meados dos anos 2010, observa-se:

- hiperfragmentação partidária;
- enfraquecimento das lideranças formais;
- crescente autonomia individual de parlamentares;
- deslocamento da negociação política para mecanismos orçamentários.

---

Resultado: governabilidade mais cara, menos previsível e mais instável, com dificuldade crescente de sustentar políticas no tempo (Zucco & Power, 2021).

## **2. Ruptura do consenso constitucional implícito**

A Constituição de 1988 sempre foi objeto de disputa interpretativa, mas dentro de um consenso mínimo sobre sua legitimidade. Esse consenso se deteriorou:

- regras institucionais tornaram-se o próprio objeto central do conflito;
- intensificou-se a judicialização da política;
- instituições de controle passaram a atuar em ambiente fortemente politizado.

Resultado: incerteza institucional elevada, com disputas recorrentes sobre limites e competências dos Poderes (Avritzer, 2018).

## **3. Crises políticas deixaram de ser autocontidas**

No ciclo clássico da Nova República, crises terminavam dentro do sistema, permitindo recomposição do equilíbrio político. No ciclo recente:

- crises se acumulam sem resolução clara;
- soluções institucionais produzem efeitos políticos duradouros;
- parte dos atores passa a questionar a legitimidade do próprio jogo.

Resultado: instabilidade crônica, em vez de crises episódicas (Limongi, revisões do conceito).

## **4. Mudança estrutural na representação política**

O modelo pós-1988 baseava-se em partidos como mediadores centrais. Esse padrão vem sendo substituído por:

- personalismo político;
- mobilização permanente fora das instituições;
- enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de mediação.

Resultado: o sistema permanece formalmente democrático, mas opera sob lógica distinta daquela que sustentou a Nova República (Borges, 2021).

## **Implicações para a conjuntura econômica em 2026**

Do ponto de vista econômico, o fim do ciclo da Nova República sugere que o Brasil entra em 2026:

- sem um regime político plenamente estabilizado;

- com maior incerteza decisória;
- com risco elevado de volatilidade fiscal e orçamentária;
- com dificuldade de pactuar ajustes distributivos duráveis.

Assim, o principal vetor de risco político não é apenas eleitoral ou ideológico, mas estrutural: trata-se da transição para um novo arranjo institucional ainda não consolidado, o que tende a aumentar a sensibilidade da economia a choques políticos e a reduzir a previsibilidade de políticas públicas no médio prazo.

Bibliografia de pesquisa. Principais referências

- Abranches, S. (1988). Presidencialismo de coalizão.
- Limongi, F. (1998; 2007). Bases institucionais do presidencialismo de coalizão.
- Avritzer, L. (2018). O pêndulo da democracia no Brasil.
- Zucco Jr., C.; Power, T. (2021). Fragmentação partidária no Brasil.
- Borges, A. (2021). Erosão partidária e nova direita.

**7 A partir do ciclo 2027 - 2030 a necessidade de ajustes, reformas, etc. será imperativa. Ter visão temporal e não de curto prazo.**

Empresas e Famílias devem planejar orçamento e negócios considerando horizonte 2027 - 2030.

Terá substancial "valor futuro" estabelecer e executar ações com base em "visão temporal"; ou seja, além da "visão de curto prazo" e potenciais resultados financeiros da "bolha político eleitoral" de 2026.

Informação Importante – O conteúdo acima não está vinculado a quaisquer operações de compra, venda, oferta e/ou participação em negócio financeiro. Seu objetivo único é fornecer informações macroeconômicas que foram extraídas de fontes públicas consideradas confiáveis e complementadas pelo autor indicado acima que é responsável, por refletir de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente e autônoma. A ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações e projeções próprias.